

Afinal, para que pagamos impostos?

Por Stephan Sawitzki - Economista e professor do curso de Ciências Econômicas da FAHOR

Chegando o final do prazo para fazer a declaração do imposto de renda de pessoa física (IRPF), muitas dúvidas surgem. Quem precisa pagar? O que pode ser deduzido? Qual alíquota se aplica sobre a minha renda? Como é calculado o imposto? Essas são algumas questões rotineiras levantadas por boa parte dos contribuintes. Muitos também são aqueles que escrevem sobre esses tópicos, estando a internet repleta de dicas sobre o que fazer e como fazer em se tratando de IRPF. Por isso, pretendo abordar a respeito do tema imposto de uma maneira diferente. Afinal, para que pagamos impostos?

Muitos são os impostos, as contribuições e as taxas, ou seja, os tributos, que fazem parte do nosso dia-a-dia, mas sempre acabamos dando maior importância e atenção ao imposto de renda. Isso ocorre, em grande parte, pelo fato do IRPF aparecer de forma mais contundente no nosso orçamento e exigir o preenchimento detalhado de uma declaração pelo próprio contribuinte. Outros impostos, como o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e o imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA), possuem, via de regra, valores a recolher menos expressivos, sendo que a cobrança se dá de forma mais fácil. Além desses, também há aqueles dos quais não conhecemos de forma explícita a devida proporção incidente, pois o valor a recolher já vem embutido no preço dos produtos que compramos. Nesses casos, temos o imposto sobre os produtos industrializados (IPI), o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), dentre outros.

Mas, afinal, para que serve o recolhimento desses tributos? Os tributos, de forma geral, remetem aos tempos medievais e sempre foram uma eficiente ferramenta para financiar os gastos do setor público. Tais gastos são destinados à realização de obras e serviços públicos, como iluminação pública, ruas, estradas, praças, escolas, hospitais, dentre outros bens públicos. O recolhimento de tributos serve também para que o governo promova a redistribuição de renda, a segurança nacional, e a alocação eficiente de recursos para o fornecimento de serviços públicos de forma a promover o bem-estar social.

Devemos ter conhecimento de que tanto o município quanto os Estados e a União possuem receitas através da arrecadação de impostos específicos. No caso do IRPF, o mesmo trata-se de um imposto de atribuição federal, ou seja, compete a União o controle, o recolhimento, a utilização, e a divisão desse imposto entre os demais entes da Federação – União, Estados e municípios. É um imposto que incide sobre os rendimentos que um cidadão tem ao longo de um ano. Trata-se de um imposto progressivo, pois, basicamente, quem ganha mais, paga mais. Porém, apesar de ser um dos impostos considerados mais justos e democráticos ainda precisa ser aperfeiçoado. Uma das questões levantadas é a respeito das faixas de rendimentos consideradas a fim de incidência de alíquota progressiva. Por não serem acertadas, geram um hiato de renda muito grande na alíquota máxima. Dentre as falhas identificadas, é na forma de alocação que o maior problema é gerado. Em tempos de denúncias de corrupção e escândalos de desvios de dinheiro público, entre tantos outros, e sabendo-se da importância do pagamento de tributos para o desenvolvimento da sociedade, questiona-se: o que vem a ser uma eficiente alocação desses recursos públicos?